

_____RESENHA_____

RESENDE, José Manuel. *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

BÓRIS MAIA*

O autor da obra aqui resenhada, José Manuel Resende, é professor do departamento de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ao longo de sua carreira tem se dedicado, sobretudo, a pesquisas em sociologia da educação e da escola, produzindo inúmeros trabalhos na referida área de investigação, tomando o contexto educacional português como objeto de análise. Entre outras publicações do autor, destaca-se o livro *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*¹, publicado em 2003.

Em *A sociedade contra a escola?*, o autor apresenta o resultado de uma pesquisa cujo objeto de análise são os processos de socialização política existentes nas escolas secundárias portuguesas. A investigação é realizada a partir do programa transversal de Educação para a Cidadania implantado nas escolas do país. A centralidade do estudo volta-se para o trabalho de qualificação e os *investimentos de forma* realizados pelos professores no sentido de desenvolver nos alunos as qualidades e habilidades necessárias para exercerem o papel de cidadãos na sociedade portuguesa.

A pesquisa é realizada a partir de entrevistas em grupo com docentes e textos temáticos escritos (exclusivamente para a pesquisa) por professores provenientes de quatro escolas secundárias situadas em localidades diversas, de norte ao sul do país, e que divergem também quanto às suas características socioculturais. O autor promete,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

¹ RESENDE, J. M.. *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Para a Ciência e Tecnologia; Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

para uma publicação futura, uma investigação centrada no ponto de vista dos alunos sobre a mesma questão.

Apesar de o livro tratar de um tema clássico da sociologia da educação, e mesmo da sociologia, tendo em vista a centralidade que tinha para Durkheim a preocupação com a formação de uma ética republicana e da identidade nacional através da escola, o autor debruça-se sobre o tema se utilizando majoritariamente de um referencial teórico mais vinculado à sociologia pragmática francesa, com destaque para as ferramentas conceituais desenvolvidas nos trabalhos de Laurent Thévenot, Luc Boltanski e Daniel Cefai.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira parte o autor faz uma consistente reflexão teórica sobre o lugar da escola na modernidade – a *forma escolar moderna* – e sua importância para a implementação da cidadania como instituto garantidor dos direitos fundamentais do projeto político moderno de sociedade. Também contextualiza historicamente a situação do trabalho docente em Portugal, mostrando suas transformações, relacionadas à implementação das políticas educativas que ocorreram no país, sobretudo aquelas verificadas a partir dos anos oitenta do século XX.

Após demonstrar o resultado de pesquisas que identificavam uma baixa inclinação para o envolvimento político na população juvenil portuguesa e seu relativo desinteresse na participação pública, Resende chama a atenção para as implicações negativas que tal comportamento dos jovens poderia ter para a sociedade portuguesa no que concerne à permanente construção da democracia no país, já que a participação pública dos cidadãos é uma das características que definem o regime democrático. Nesse sentido, a continuidade deste regime político está relacionada com a obrigação moral dos cidadãos de defenderem a sua qualidade através do cumprimento de suas obrigações e da disposição de se exporem publicamente nas discussões, debates e manifestações públicas.

A participação pública, por sua vez, pressupõe uma forma de coordenação das ações coletivas, que deve ser objeto de análise juntamente com o estudo das dinâmicas que colaboram para sua efetiva construção e realização, assim como o estudo das razões que predispõem os indivíduos a agir coletivamente em uma determinada situação. Tais movimentações são públicas e, portanto, estão sujeitas ao julgamento público e à crítica daqueles que as assistem. Precisamente por essa razão, essas formas de interação e de participação pública precisam ser aprendidas, já que devem obedecer a certas regras mediante as quais a participação é permitida. Cabe à escola realizar certos *investimentos de forma* para desenvolver nos alunos as quali-

dades necessárias visando à formação de cidadãos com condições plenas de tomarem parte na vida pública da sociedade.

O conceito de *arena pública*, desenvolvido por Daniel Cefai², é utilizado por Resende para dar conta da dinâmica que os debates públicos adquirem nas sociedades modernas. Em oposição ao *espaço público*, considerado mais estático, a *arena pública* evidencia a dimensão dramática dos confrontos públicos e busca superar as concepções mais determinantes da ação social que tem como chave explicativa as condições estruturais dos agentes. Pensando a escola como *arena pública*, o autor busca salientar o lugar que esta instituição ocupa como um fórum de discussão pública onde as formas de agir coletivamente são aprendidas e reinventadas, mobilizando os atores a partir das suas experiências relacionadas aos diferentes cenários em que se movem.

Dessa forma, um dos méritos do livro é conseguir renovar uma discussão clássica a partir da importância concedida aos conceitos de ação e de ator, atentando também para os motivos morais que estes atores invocam no momento de seus julgamentos críticos e nas interações que promovem visando à construção do bem comum. Como o próprio autor chama atenção, a perspectiva durkheimiana da socialização escolar é marcada pela passividade dos alunos frente à autoridade moral que os professores detêm. A única figura ativa neste processo é o professor, que tem seu trabalho de qualificação facilitado. Assim, a restituição de capacidade crítica aos alunos no transcorrer do processo de socialização é uma das preocupações do trabalho, muito ligada, por sua vez, ao instrumental analítico utilizado pelo autor.

A criação do programa de Educação para a Cidadania, analisado no trabalho, está relacionada com o que o autor chama de uma crise do programa institucional da escola que vem sendo observada desde os anos setenta. Muitos são os fatores que levaram diversos atores a assinalarem o não cumprimento de muitas das funções que a instituição escolar prometia realizar, entre as quais a integração social por referência a valores comuns, a redução das desigualdades sociais e o incentivo da participação pública. No caso português, a massificação escolar ocorrida nos anos 80 e 90 teria trazido problemas que contribuem para a referida crise, como o abandono escolar antes do cumprimento da escolaridade obrigatória e o insucesso escolar e educativo. A violência escolar também ganhou destaque na opinião pública, fortalecida pelo trabalho da imprensa.

² CEFAL, D. Qu' est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une perspective pragmatiste. In: CEFAL, D.; JOSEPH, I. (Org.). L'héritage du pragmatisme. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002.

Todos esses fatores contribuem para uma série de alterações no enquadramento jurídico das políticas educativas em Portugal, com a descentralização das competências, a autonomia dos estabelecimentos de ensino e a racionalização das atividades docentes. É nesse contexto de transformações no sistema de ensino que é introduzido o programa de Educação para a Cidadania nas atividades escolares.

Na segunda parte do livro, os dados empíricos são apresentados e analisados pelo autor mais sistematicamente. O autor salienta a existência de uma demanda política crescente na sociedade portuguesa, e em outras sociedades europeias, sobre a necessidade imperativa da socialização política, tendo em vista sua importância para a realização satisfatória de formas de cooperação das ações no sentido de permitir a vida em conjunto, o viver em sociedade, especialmente em tempos de incerteza e de riscos para um futuro projetado. Aqui fica evidente a incorporação pelo autor das reflexões sobre as mudanças contemporâneas em curso na modernidade tal como elas surgem no pensamento de autores como Peter Wagner³ e Zygmunt Bauman⁴.

A socialização política na escola depende em grande medida dos *investimentos de forma* nas categorias de cidadania e cidadão que os docentes irão realizar na escola durante suas atividades pedagógicas. Esses investimentos de forma levados a cabo na escola pelos professores comportam pelo menos duas dimensões. Uma dimensão cognitiva, que está relacionada com os saberes que ensinam, e uma dimensão educativa, ligada às indicações sobre como devem se comportar os alunos no ambiente escolar.

Segundo Resende, diferentes concepções de cidadania permeiam o universo escolar português. O autor identifica uma tensão na definição do Ministério da Educação, nos especialistas em Educação e nos docentes entrevistados entre a *cidadania como estatuto* – de raiz liberal, que privilegia a dimensão formal dos direitos – e a *cidadania como obrigação moral* – de raiz republicana, na qual a ênfase está na participação coletiva e na manifestação pública. Também existe a tensão entre a cidadania como educação moral e laica ou como trabalhada a partir dos dispositivos fornecidos pelo espírito científico. Essa multiplicidade de sentidos atribuída à cidadania acaba dificultando o trabalho de regulação do Estado.

A pesquisa mostrou que os professores quando falam sobre cidadania valorizam diversos aspectos a serem enfatizados durante suas aulas. Entre eles, aparecem com mais ênfase as questões sobre *a importância da partici-*

³ WAGNER, P. Liberté et Discipline. Les deux crises de la modernité. Paris: Éditions Métailié, 1996.

⁴ BAUMAN, Z. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

pação dos alunos na vida pública, a inclusão social que a escola deve proporcionar, o valor histórico e cultural que a cidadania comporta e a multiculturalidade que marca as sociedades contemporâneas.

Outra dimensão importante que os professores apontam é a existência de dificuldades na socialização política decorrente do choque entre as culturas juvenis e a cultura escolar, entre o mundo dos adultos e dos jovens. O prolongamento nos jovens de uma adolescência que tarda a desaparecer seria uma das causas do comportamento cognitivo, cívico e da falta de interesse dos jovens para se comprometerem com causas públicas.

Nesse sentido, os professores criticam o que denominam *a cultura da facilidade, do divertimento, do saber descartável e do saber utilitário*. Aqui os docentes ressaltam a diferença existente entre a cultura escolar e a cultura do lazer, através do modo pelo qual os alunos se apresentam frente aos conhecimentos transmitidos pelos professores nas escolas. Os alunos pedem que as aulas sejam *divertidas*, valorizando o prazer imediato, situação para a qual a pedagogia contribui ao privilegiar métodos pedagógicos de caráter lúdico que desenvolvem o espírito facilitador, que se contrapõe à cultura escolar e aos valores do esforço e do trabalho. Assim, os professores expressam a opinião de que a crise de valores é resultante da sociedade de consumo e privilegia valores como *facilitismo, lazer e apatia frente ao trabalho, em oposição aos valores do trabalho, da disciplina e do esforço*, que vigem na cultura escolar.

Os docentes reconhecem a importância do programa institucional escolar voltado à socialização política dos jovens, mas revelam discrepâncias entre o ideal que está expresso no programa e a realidade sociocultural nos estabelecimentos de ensino e fora deles, que não criam as condições pragmáticas para a sua efetiva implantação. Para os docentes, os pais, a mídia e os políticos interferem negativamente no seu trabalho *qualificador*. A instituição familiar, por exemplo, segundo a visão dos docentes, faria um trabalho de socialização que estaria na contracorrente dos valores e normatividades trabalhados pelos docentes no sentido de qualificar os alunos para uma cidadania participativa e responsável.

Os professores explicam que não têm condições profissionais de realizarem seu trabalho qualificador, os *investimentos de forma* necessários a uma socialização política. A perda da sua autoridade é acompanhada pela desvalorização da sua profissão e pela falta de reconhecimento do trabalho que realizam, razão pela qual manifestam sua discordância com a imputação de responsabilidade aos professores pelo não cumprimento das promessas atribuídas à modernidade através da instituição escolar.

Por isso, os docentes consideram que lhes falta poder no universo escolar. A partir dessas constatações o autor propõe uma interessante discussão a respeito da autoridade do professor. Segundo Resende, a autoridade que o Estado dá a esse grupo profissional – os docentes – para atuarem nas escolas não se transforma em uma autoridade professoral. Essa falência de transmissão simbólica de autoridade implica em uma dificuldade de imposição dos arbitrários culturais, e por decorrência a não consagração dos saberes valorizados pela cultura dominante, que a escola realiza através do trabalho dos professores, segundo a já clássica tese defendida no livro *A Reprodução*, de Bourdieu e Passeron⁵.

O autor não se exime de opinar, pois na discussão sobre a autoridade do professor faz uma diferenciação entre a proximidade, que julga favorável ao ambiente escolar, e a permissividade, que, diferentemente, acarretaria na perda de autoridade e respeito na relação entre a figura do professor e do aluno. Considera também que a falta de cortesia dos professores tem consequências negativas no espaço escolar ao atuarem no sentido de minar a identidade de pertencimento a uma comunidade escolar, já que o professor é a figura exemplar em termos de regra de civilidade.

O autor argumenta, mostrando seu comprometimento com a melhoria da instituição escolar que analisa, que o desenvolvimento do espírito crítico nos alunos por parte dos professores permite o êxito do processo de qualificação política que a escola deve realizar nos alunos, mas este espírito crítico é dificultado pelo fechamento dos alunos sobre si mesmos, sua rejeição à autoridade dos professores e à cultura escolar de forma geral.

Também é ressaltado, apesar do clima bastante pessimista e de desânimo dos docentes, a existência de projetos extracurriculares – como clubes de teatro e cinema – existentes na escola que contribuem para o desenvolvimento de valores como *autonomia e responsabilidade*, além de serem benéficos para a relação entre professores e alunos, favorecendo a existência de um regime de envolvimento entre eles, o que colabora para a criação de um espírito de pertencimento coletivo e comunitário na escola.

Outra importante dimensão a que o autor dá atenção é a relação dos pais com a escola. Os professores, apesar de tomarem como fundamental o envolvimento dos pais com a educação de seus filhos, revelam seu descontentamento com a intervenção que esses fazem nos seus domínios profissionais, como as tentativas de questionar e mudar as avaliações que os docentes fazem sobre os alunos.

⁵ BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Éditions de Minuit, 1970.

De uma maneira geral, o livro não oferece uma resposta muito conclusiva aos dilemas e desafios que a instituição escolar atravessa no atual momento da modernidade, sobretudo no que diz respeito a sua capacidade de qualificar os cidadãos para participarem ativamente das discussões públicas. Oferece, entretanto, uma série de questionamentos sobre os processos em curso para que tal realização se torne viável, explicitando os efeitos que tais processos têm suscitado nos diversos grupos envolvidos no universo escolar, fazendo também uma aposta – tal como a modernidade já o tinha feito – na centralidade que a escola pode ter no desenvolvimento da capacidade crítica dos atores e no aperfeiçoamento da democracia.